



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Coordenadoria da Infância e Juventude

Relatório Parcial de Gestão 2016/2017

*Fortalecendo a Política de
Infância e Juventude no TJPE*

*“Se muito vale o já feito,
Mais vale o que será
E o que foi feito é preciso conhecer
Para melhor prosseguir”
(Milton Nascimento, Márcio Borges)*

Recife, 2016

Sumário

| | Pág. |
|---|-----------|
| Apresentação do Coordenador: Se muito vale o já feito, mais vale o que será..... | 03 |
| Apresentação: E o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir!..... | 04 |
| As diretrizes para a gestão 2016/2017..... | 05 |
| Resultados da CIJ em 2016..... | 06 |
| Infância em destaque..... | 06 |
| CIJ celebra seus 10 anos..... | 07 |
| “Trocando as lentes”: a implantação da justiça restaurativa no TJPE..... | 08 |
| O socioeducativo também tem audiências concentradas | 10 |
| VI Jornadas Pernambucanas debate o sistema socioeducativo..... | 11 |
| Pernambuco que Acolhe é apadrinhamento para todo Estado..... | 11 |
| Projeto Família Amplia Ações..... | 13 |
| Projeto Prevenção à Institucionalização Prolongada..... | 14 |
| Adoção e Cidadania na Escola..... | 15 |
| Acompanhamento dos Processos de Adoção Internacional..... | 15 |
| Depoimento Acolhedor: Protegendo a Criança e o Adolescente Vítima de Violência..... | 17 |
| Conhecer Virtual se Consolida Como Alternativa Ágil à Desinstitucionalização de Crianças Acolhidas..... | 18 |
| O Programa Acolher Avança..... | 19 |
| Infância e Juventude na Mídia: Clipping Digital..... | 20 |
| CIJ Mais Próxima as Equipes Interprofissionais: Rede Online..... | 20 |
| Fortalecimento das Equipes: I Fórum das Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude..... | 21 |
| Ampliação do Raio de Ação da Infância e Juventude no Interior: Instalação de Varas Regionais..... | 22 |
| Avaliações..... | 23 |

Se muito vale o já feito, mais vale o que será...

Conduzir a Coordenadoria da Infância e Juventude é uma tarefa que faço com imensa satisfação. Aos que me conhecem sabem que, para além da atuação profissional na área, posso ser considerado militante da causa. Afora as paixões de quem veste a camisa, é preciso racionalizar, planejar ações, estar preparado para os momentos de conjunturas favoráveis e desfavoráveis.

Nos últimos anos temos atravessado um período difícil no país, crises de toda ordem. A contenção de gastos, embora necessária, nos colocam limites. Mas acredito que são nos momentos difíceis que o ser humano aflora sua maior criatividade. E foi assim que chegamos ao Prêmio Innovare de 2016 com tantas indicações.

Se por um lado temos o que comemorar, por outro temos que nos preocupar. Dados do CNJ apontam para o crescimento expressivo de adolescentes em conflito com a lei. Em novembro do ano passado 96 mil adolescentes estavam cumprindo medida socioeducativa, enquanto no mesmo período de 2016 os números chegam a 189 mil adolescentes, maioria por tráfico de drogas e roubo qualificado. Sem dúvidas que os rebatimentos da dura crise econômica influem nesse triste dado.

O cenário posto é esse. E sob ele que trabalhamos arduamente para garantir direitos. Apresento-lhes aqui o fruto desse trabalho no ano de 2016. O olhar crítico e criterioso ao que foi feito é imprescindível, para que o trabalho seja devidamente aperfeiçoado. É com esse rigor que eu e toda a equipe da CIJ nos empenhamos em fazer o melhor pelas crianças e adolescentes, beneficiários de nossas ações. Aproveito a oportunidade para agradecer a toda equipe que compõe a Coordenadoria.

Por fim, gosto sempre de dizer que quando se dirige um veículo olhamos mais para frente do que nos espelhos retrovisores. Assim é a vida. Há muito ainda o que percorrer para o fortalecimento da política de infância e juventude. Sigamos adiante com ânimo, ousadia e criatividade. Não estou falando aqui pelo futuro de um setor, mas do futuro do nosso país, que são nossos meninos e meninas. Se quisermos um Brasil melhor, comecemos pensando na valorização da infância e juventude.

Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

...E o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir!

O presente Relatório Parcial de Gestão sintetiza os avanços e resultados obtidos no ano de 2016¹. No entanto, não é possível deixar de reconhecer toda a história percorrida até chegar a esse momento. Em 2016, a CIJ-TJPE completou 10 anos. A data não poderia ser esquecida, por essa razão a promoção dos 10 anos da CIJ foi colocada como uma das diretrizes dessa gestão. No mês de maio foi realizado o evento comemorativo. Nesse evento o atual coordenador, o Des. Luiz Carlos Figueiredo, fez o balanço dos 10 anos da CIJ; o avanço da política de infância e juventude no judiciário brasileiro foi tema da conferência do Juiz de Direito Renato Scussel, então presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude; debates atuais e pertinentes foram facilitados pelos ex-coordenadores Des. Humberto Vasconcelos e o Juiz de Direito Élio Braz; o evento ainda homenageou servidores que passaram pela CIJ e entregou certificados “amigos da infância” a magistrados e servidores do TJPE que sempre colaboraram para o sucesso das atividades da CIJ.

Nos últimos anos o trabalho da CIJ-TJPE ganhou reconhecimento no Selo Ouro da Infância, promovido pela UNICEF e CNJ, além de menções positivas em Relatório do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude. Em 2016, a política da infância e juventude no TJPE ganhou mais um elemento para se orgulhar, com a indicação de 09 projetos a concorrer ao 13º edição do Prêmio Inovare. Dessas indicações 05 são vinculadas à CIJ e a Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA: Acolher; Conhecer Virtual; Adoção e Cidadania na Escola; Projeto Família; e Prevenção à Institucionalização Prolongada. Embora nenhum dos projetos tenha sido finalista, a política de infância e juventude do TJPE sai fortalecida e mostra sinal de sua competência e capacidade para inovar.

¹ O presente relatório é um modelo mais simples dos adotados anteriormente, onde não engloba o desenvolvimento em detalhes de todas as ações realizadas da Coordenadoria, mas sim uma apresentação dos resultados atingidos no ano. O intuito foi dar mais objetividade na divulgação das ações. Isso não significa que o modelo de relatório de maior abrangência será abolido, mas aplicado apenas ao término da gestão.

Além de inovar é preciso manter o que é bom. Nesse sentido as principais ações e projetos da CIJ produziram várias atividades, consolidando o trabalho existente, a exemplo da sexta edição das Jornadas Pernambucanas, dentre outras.

Entretanto, há sempre espaço para as boas ideias, nessa perspectiva que foi lançado o Programa Pernambuco que Acolhe e realizado o I Fórum das Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude do TJPE.

Em síntese, muito das perspectivas para a gestão 2016/2017 já se concretizaram nessa primeira metade. Os desafios são imensos numa conjuntura difícil do país, mas compreende-se que é ante as dificuldades onde a criatividade aflora. Esse pequeno balanço mostra o quanto já se avançou, porém com a certeza de que ainda há muito a se fazer, mais e melhor.

As diretrizes para a gestão 2016/2017

A estratégia de trabalho da CIJ está centrada, principalmente, no desenvolvimento e gestão organizacional; aperfeiçoamento da prestação jurisdicional; comunicação e articulação intra e extra-institucional; sistematização de conhecimentos e transferência de tecnologias. Sob esses eixos foram adotadas oito diretrizes para a gestão 2016/2017, ampliando e diversificando do que foi proposto na gestão anterior (2014/2015).

| Diretrizes para a gestão 2016/2017 | |
|---|--|
| I | Dar continuidade as principais ações, programas e projetos |
| II | Fortalecer e apoiar a estruturação das varas, bem como a melhoria da prestação jurisdicional |
| III | Estreitar relação com as Varas da Infância e Juventude |
| IV | Fortalecer vínculos com os setores estratégicos do TJPE |
| V | Ampliar articulações externas e fortalecer as existentes |
| VI | Promover os eventos de comemoração dos 10 anos da CIJ |
| VII | Aprimorar as ferramentas do planejamento e gestão da CIJ |

VIII Fomentar a edição de normativo pela Corregedoria determinando aos juízes auxiliares a priorização no acompanhamento, fiscalização dos feitos da infância e juventude

Resultados da CIJ em 2016

INFÂNCIA EM DESTAQUE

A Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE possui banco de dados com as boas práticas de todas as Varas da Infância do estado, bem como acompanha as premiações existentes em todo o país, analisando os pré-requisitos para a inscrição, fazendo a divulgação aos setores responsáveis pelos projetos, prestando as devidas orientações.

Uma das grandes premiações no âmbito do judiciário brasileiro é o Prêmio Innovare, que tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil.

Na 13ª edição do Prêmio Innovare a infância e juventude do TJPE teve 09 projetos indicados. A CIJ-TJPE, em conjunto com a CEJA, teve 05 projetos indicados: Acolher; Conhecer Virtual; Adoção e Cidadania na Escola; Projeto Família; e Prevenção à Institucionalização Prolongada.

Os outros 04 projetos são²:

- Adote um Pequeno Torcedor, resultado da parceria entre a 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, presidida pelo juiz Élio Braz, o time Sport Club do Recife e o Ministério Público de Pernambuco.
- Articulando Saberes, desenvolvido pela 2ª Vara Cível de Pesqueira, presidida pelo juiz Marcos Tenório.
- Educar para Valer; realizado pela Vara da Infância e Juventude de Vitória de Santo Antão, presidida pela juíza Clenya Pereira de Medeiros.

² Texto adiante baseado na elaboração de matéria da ASCOM TJPE, redigido por Ivone Veloso. Conferir em < https://www.tjpe.jus.br/agencia-de-noticias/-/asset_publisher/ubhL04hQXv5n/content/premio-innovare-seleciona-nove-projetos-da-infancia-e-juventude-do-tjpe>. Último acesso em 02/01/2017.

- Olimpíadas Criança Cidadã, que é uma iniciativa da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição, presidida pelo juiz Paulo Brandão.

CIJ CELEBRA SEUS 10 ANOS

Em 2016 a CIJ completou 10 anos de atividades. No dia 13 de maio foi realizado evento comemorativo, em Recife, no Fórum Des. Rodolfo Aureliano. A programação não foi apenas saudosista, lembrando os percalços desse caminhar. Alguns temas relevantes atuais foram abordados no evento, mesclando, portanto, passado, presente e futuro. Além do atual Coordenador, o Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo, os ex-coordenadores, Des. Humberto Vasconcelos (Gestão 2006-2007) e o Juiz de Direito Élio Braz Mendes (Gestão 2008-2009) estiveram presentes falando dos temas de destaque na atualidade, como as questões pertinentes ao sistema socioeducativo e as inovações da Lei 13.257 de 2016, sobre a Primeira Infância.

Estiveram presentes cerca de 200 pessoas, entre servidores e magistrados do TJPE, além de representantes de entidades da sociedade civil e representantes governamentais que trabalham a infância e juventude.



Foto: Alesson Freitas | Agência Rodrigo Moreira (site do TJPE)

“TROCANDO AS LENTES”: A IMPLANTAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO TJPE

A difusão da Justiça Restaurativa no poder judiciário é uma das diretrizes prioritárias da gestão 2015/2016 do CNJ, sob o comando de Ricardo Lewandowski, o que se configurou como Meta N° 8 de 2016, que visa “*implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim até 31/12/2016*”.

O TJPE desde 2014 é membro de GT estadual sobre Justiça Restaurativa em conjunto com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Durante o ano de 2016 foram realizadas 10 reuniões, de caráter mensal, com o propósito de acompanhar as ações de justiça restaurativa na rede, realizar estudos de caso, avaliar e propor melhorias nos serviços.

A partir de 2015 foi iniciado o projeto-piloto de Justiça Restaurativa do TJPE, vinculado à CIJ. O projeto piloto foi apresentado na disciplina de “Ética e Resoluções de Conflitos” no curso de Mestrado em Direitos Humanos da UFPE, em agosto de 2016. No mesmo mês de agosto o projeto também foi apresentado ao Comitê de Priorização do 1º Grau. E em outubro outra apresentação para a pós-graduação de Direitos Humanos da UFPE, dessa vez para os discentes da disciplina “Educar para os Direitos Humanos”.

No ano de 2016 houve a inauguração de salas próprias para a Justiça Restaurativa na infância e juventude (uma para a coordenação do projeto e outra para os “sessões restaurativas”), localizadas no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, no mesmo edifício da CIJ.

Algumas atividades externas foram realizadas, com o escopo de divulgar e apresentar o projeto e a temática da justiça restaurativa. Vejamos:

- Palestras no Programa Escola que Protege da Prefeitura do Recife. Data: 25 e 27/04/2016. Local: Centro de Formação de Educadores. Participantes: Gestores das Escolas das RPAs 1, 2, 4, 5 e 6, e representantes do judiciário;

- Reunião de apresentação da Justiça Restaurativa ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, na sede do conselho, no mês de junho.
- Participação na reunião da elaboração do Plano Decenal Socioeducativo Municipal - Eixo II: Justiça Restaurativa, no mês de agosto. Local: Auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ.

Um dos eixos de atuação é a formação de magistrados e servidores, e nesse aspecto foram promovidos cursos, bem como participação em outros espaços de formação, como o Jornadas Pernambucanas e o Fórum dos Juizados Especiais – FOJPE. Vejamos nos tópicos abaixo:

- Curso de Formação sobre Justiça Restaurativa para os juízes vitaliciandos. Realizado em 04 de março de 2016, na Escola Judicial do TJPE. Ao todo 33 juízes foram contemplados;
- Curso de Práticas Restaurativas: Comunicação não Violenta. Realizado nos dias 03 e 10 de junho, no auditório da CIJ. Participaram 39 servidores e 01 magistrado;
- Curso de Introdução à Justiça Restaurativa para Magistrados do TJPE, realizado pela Escola Judicial do TJPE, no dia 19 de agosto de 2016, no qual foram treinados 12 magistrados;
- Curso Justiça Restaurativa como um Método Consensual de Resolução de Conflitos, voltado para servidores, realizado em outubro de 2016. Foram formados 40 servidores;
- Inserção da temática da justiça restaurativa no contexto do adolescente em conflito com a lei no VI Jornadas Pernambucanas. Realizado em cinco cidades pólos (Serra Talhada, Caruaru, Petrolina, Recife e Garanhuns), foram capacitados 151 servidores e 82 magistrados;
- Participação no Grupo de Trabalho em matéria penal no III Forum Estadual dos Juizados Especiais – FOJEPE, com a temática “Justiça Restaurativa com inovação nos Juizados Criminais”, com proposição de Enunciados na área da Justiça Restaurativa, com moderação da Juíza do Juizado do Torcedor Dra. Luciana Tavares e participação, do Juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Dr. Élio Braz e os servidores, especialistas

e facilitadores em Justiça Restaurativa, Bruno Arrais de Mendonça, assessor da Juíza da 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital e Hebe Pires Ramos, da Coordenadoria da Infância e Juventude. Local: Centro de Convenções de Pernambuco, data: 03 de junho de 2016.

Ao colocar a justiça restaurativa em prática, trabalhando com os processos oriundos das 3ª e 4ª Varas da Infância e Juventude da Capital, foram recebidos 33 processos, 20 deles foram encerrados, com 16 termos de acordos realizados, o que representa 80% dos processos encerrados.

Por fim, foram realizados 29 círculos de Justiça Restaurativa – modalidade construção de paz, com os facilitadores da justiça restaurativa do TJPE e de outras instituições integrantes da rede.

O SOCIOEDUCATIVO TAMBÉM TEM AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS

As audiências concentradas, em casos de reavaliação periódica da situação das crianças e adolescentes que estão em acolhimento familiar ou institucional, já fazem parte do calendário de atividades de magistrados e servidores que atuam na infância e juventude.

O êxito dessa metodologia serviu de inspiração a inúmeros magistrados no país adotarem a prática para a reavaliação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A CIJ-TJPE decidiu por incentivar esta prática em todo o estado. Para tanto, em 2016 foram produzidos os seguintes documentos e instrumentais:

- Portaria nº 002/2016 – Dispõe sobre a recomendabilidade de realização de audiências concentradas nos casos das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, do juízo de 1º grau, prestando informações em formulários próprios e dando outras providências;
- Projeto de Implementação das Audiências Concentradas no Socioeducativo;
- Elaboração e disponibilização de formulário eletrônico para preenchimento pós as audiências concentradas, sob a responsabilidade da CIJ o acompanhamento geral das informações obtidas.

VI JORNADAS PERNAMBUCANAS DEBATE O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Programa de formação já consolidado o Jornadas Pernambucanas chega à sua sexta edição em 2016, com o tema: “*A justiça e o adolescente em conflito com a lei: da apuração ato infracional à execução da medida socioeducativa*”.

O principal objetivo do VI Jornadas: uniformizar procedimentos judiciais referentes ao atendimento dos adolescentes em conflito a lei, dentro dos parâmetros exigidos pelo SINASE e demais normas atinentes.

Além da temática atinente as medidas socioeducativas, essa edição do Jornadas também debateu sobre justiça e práticas restaurativas, oferecendo noções introdutórias, visando fomentar a utilização de práticas restaurativas, para os casos em que se entenderem cabíveis, nos termos indicados pelo SINASE

Entre os meses de agosto e novembro, em cinco polos (Serra Talhada, Caruaru, Petrolina, Recife e Garanhuns), foram capacitados 151 servidores e 82 magistrados. O curso foi desenvolvido em dois dias, sendo um destinado para servidores e outro para magistrados, com a carga horária de 8h cada dia.

PERNAMBUCO QUE ACOLHE É APADRINHAMENTO PARA TODO ESTADO

A CIJ e a Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA lançaram em junho o Programa de Apadrinhamento *Pernambuco que Acolhe*, por meio da Portaria nº 03/2016. Destinado a assegurar a crianças e adolescentes que permanecem nas instituições de acolhimento, seja pela impossibilidade de retorno à família natural ou extensa, seja pela ausência de pretendentes à adoção, ou em razão de suas características pessoais, a construção de ligações externas e uma melhor integração na sociedade, através do apoio afetivo e/ou material e/ou profissional da sociedade civil.

A iniciativa do programa pretende ampliar a cobertura da modalidade de apadrinhamento para todo o estado de Pernambuco. Portanto, naquelas comarcas

que não possuem nenhum programa semelhante o Pernambuco que Acolhe é a opção.

O Programa atua com três tipos de apadrinhamento: a) afetivo; b) provedor; c) profissional. O interessado preenche formulário online no site do TJPE, a equipe da CEJA analisa as informações recebidas e entra em contato com a pessoa interessada em ser padrinho/madrinha. Os interessados apresentam documentação exigida pelo programa, no mesmo dia são entrevistados, e se aprovados estão habilitados a realizar o apadrinhamento.

O programa conta com o suporte da divulgação nas mídias sociais e o portal eletrônico do TJPE, onde a pessoa interessada pode obter informações sobre o programa e preencher o formulário online.

Entre as atividades corriqueiras de trabalho estão: visitas aos abrigos; levantamento de perfil para apadrinhamento; solicitação de autorização para inserção das crianças e adolescentes.

No mês de setembro foi realizado o primeiro encontro do programa, com a participação de servidores das equipes interprofissionais; juízes; gestores das instituições de acolhimento; padrinhos e madrinhas e pessoas interessadas em sê-los.

No primeiro ano do programa 36 crianças e adolescentes foram beneficiadas, sendo 08 na modalidade apadrinhamento provedor, 13 no apadrinhamento afetivo e 15 no apadrinhamento profissional. Com 21 pessoas que efetivaram o apadrinhamento, sendo 13 padrinhos afetivos, 02 padrinhos profissionais e 06 padrinhos provedores. Ao todo 101 pessoas se inscreveram até o final de 2016.



I Encontro do Programa PE que Acolhe. Foto: Anderson Freitas | Agência Rodrigo Moreira (site do TJPE)

PROJETO FAMÍLIA AMPLIA AÇÕES

É direito de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária. Nessa perspectiva o *Projeto família: um direito de toda criança e adolescente* tem por objetivo de assegurar a dignidade, a cidadania e o direito à convivência familiar a crianças e adolescentes disponíveis para adoção (com sentença de destituição do poder familiar transitada em julgado), com elevada faixa etária, seja grupo de irmãos, ou que apresente problemas de saúde e que se encontram nas instituições de acolhimento, sem nenhuma perspectiva de adoção.

Em 2016 o projeto foi reformulado, visando à busca ativa, as informações sobre as crianças e adolescentes inseridos no Projeto, serão divulgadas através de relatórios disponibilizados em versão impressa, assim como incluídos no site da CEJA no portal www.tjpe.jus.br, além de outras mídias que permitam ampliar a

divulgação³. Também serão realizados contatos com a Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (Angaad) para divulgação das informações junto aos participantes dos Grupos em todo o Brasil.

No ano de 2016 o projeto família teve a inclusão de 44 crianças e adolescentes e 56 desligamentos, sendo 05 por adoção internacional e 09 por adoção nacional.

Por fim, importante destacar a indicação ao 13º edição do Prêmio Innovare, enquanto um reconhecimento do serviço prestado.

PROJETO PREVENÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO PROLONGADA

O Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada – PPIP tem por objetivo o acompanhamento de crianças e adolescentes, os quais se encontram em instituições de acolhimento, assim como subsidiar Juízes e Promotores de Justiça das Comarcas do Estado de Pernambuco com dados acerca dos acolhidos nessas instituições, em vista a promover uma maior celeridade na tramitação de feitos processuais referentes à infância e juventude (medida de proteção, destituição do poder familiar, adoção).

Nesse projeto, também se visa possibilitar que crianças e adolescentes tenham assegurado o direito constitucional ao convívio familiar, seja por reintegração à família natural ou extensa, seja por inserção em família substituta.

Esse acompanhamento é feito por meio da análise dos relatórios encaminhados para CEJA pelas instituições de acolhimento, contato com seus dirigentes e sua Equipe Técnica, com Juízes e Promotores das Comarcas pernambucanas, por meio de consulta ao Judwin, ao Cadastro Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. Logo adiante alguns dados sobre o PPIP.

- ✓ Abertura de 43 novos procedimentos de acompanhamento (80 crianças/adolescentes);

³ A divulgação das imagens e vídeos foi aprovada pelo Conselho da Magistratura. Para maiores informações consultar a segunda versão do projeto, na seção justificativa, página 10 do documento. Conferir no seguinte link: <<https://www.tjpe.jus.br/documents/108072/111073/PROJETO+FAMILIA-CERTO.pdf/d6d54d5e-5fb8-470a-ae5f-ed0130e474be>>.

- ✓ Desligamento de 194 crianças e adolescentes do Projeto (13 por adoção internacional, 44 por adoção nacional e 87 por reintegração familiar);
- ✓ Acompanhamento de 180 procedimentos ativos (351 crianças/adolescentes).

Na 13ª edição do Prêmio Innovare, em 2016, o PPIP foi um dos indicados.

ADOÇÃO E CIDADANIA NA ESCOLA

Destina-se a formar multiplicadores (professores, alunos, pais e/ou responsáveis), na comunidade escolar da rede pública de ensino, com base nos princípios psicossociais e pedagógicos da temática **atitude adotiva**, bem como informar sobre o processo adotivo e a importância do direito à convivência familiar e comunitária.

Em parceria com o Grupo de Estudo e Apoio a Adoção – GEAD/Recife, os Poderes Judiciário e Executivo juntam esforços no sentido de possibilitar que as informações seguras sobre o processo adotivo e a importância do direito à convivência familiar e comunitária cheguem a um maior número de pessoas.

Em 2016 foram realizadas reuniões de articulação com o GEAD e com a Secretaria de Educação do Estado. As duas oficinas previstas foram realizadas, uma em cada semestre.

O projeto teve seu reconhecimento através da indicação ao 13º Prêmio Innovare.

ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Através do Núcleo de Apoio à Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Pernambuco (CEJA/PE) a CIJ acompanha os processos de adoção internacional. Os dados do ano de 2016 podem ser conferidos nas tabelas abaixo.

Estatística das adoções internacionais realizadas no estado de Pernambuco em 2016

| País ratificante | Número de crianças |
|------------------|--------------------|
| Itália | 14 |
| Estados Unidos | 04 |
| Total | 18 |

| Comarcas | Número de crianças |
|-------------------------|--------------------|
| Garanhuns (Correntes) | 05 |
| Limoeiro | 02 |
| Jaboatão dos Guararapes | 02 |
| Paulista | 09 |
| Total | 18 |

| Sexo | Número de crianças |
|--------------|--------------------|
| Masculino | 12 |
| Feminino | 06 |
| Total | 18 |

| Idade | Número de crianças |
|-------|--------------------|
| 02 | 01 |
| 03 | 02 |
| 04 | 01 |
| 05 | 02 |
| 06 | 02 |
| 07 | 03 |

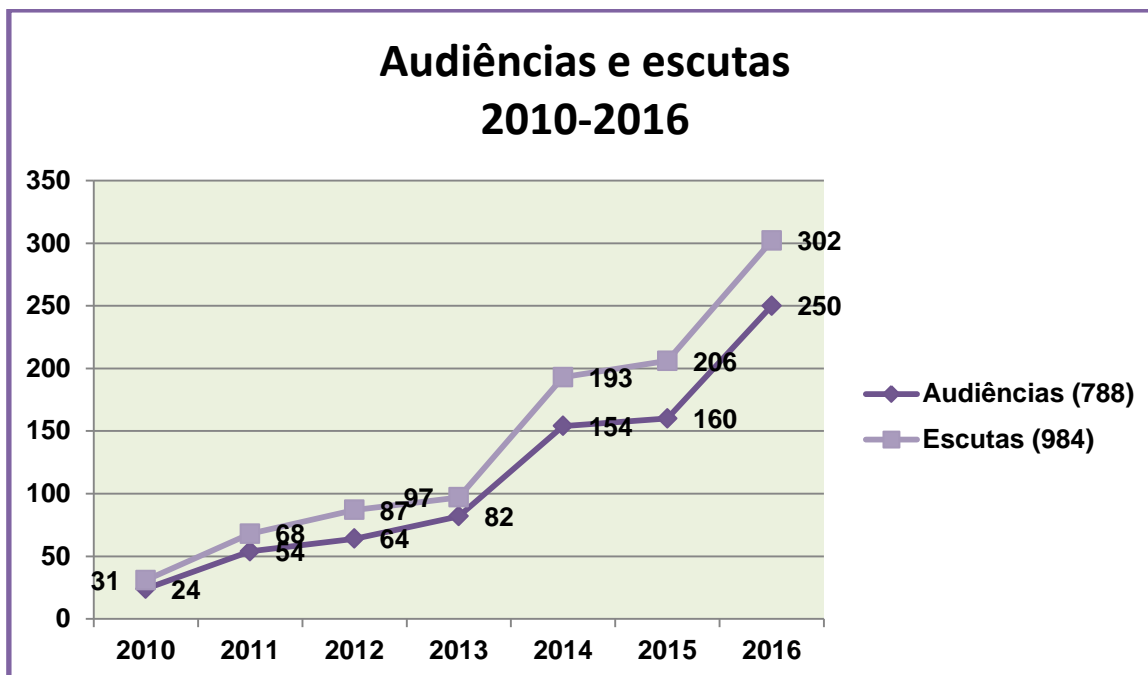
| | |
|--------------|-----------|
| 08 | 01 |
| 09 | 04 |
| 10 | 01 |
| 11 | 01 |
| Total | 18 |

DEPOIMENTO ACOLHEDOR: PROTEGENDO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

A Coordenadoria da Infância e Juventude dispõe da Central de Depoimento Acolhedor, onde as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes são ouvidas. Em seu procedimento operativo, a criança ou adolescente é ouvido por profissional, devidamente especializado em técnica científica de coleta de testemunho, em ambiente adequadamente projetado e fisicamente isolado, através de sistema de áudio e vídeo, da sala de audiência convencional.

Em março de 2016 a equipe da Central de Depoimento Acolhedor realizou curso para magistrados. Realizou palestra preventiva no mês de novembro, em parceria com a Prefeitura do Recife, na Escola Maria Sampaio, no bairro de UR-01. E em dezembro, participou de reunião do Comitê Local da RPA 6, na escola e bairro supracitados.

No tocante a realização do serviço em Recife, o ano de 2016 teve o total de 250 audiências e 302 escutas. O que se observa é que houve um crescimento relevante, visto que em 2015 foram 160 audiências e 206 escutas. Vejamos a evolução no gráfico abaixo.



É interessante observar que somente de 2013 para 2014 foi que se viu evolução dos números de forma tão vertiginosa, caso que se repete agora do ano 2015 para o de 2016. Naquele primeiro momento o número das audiências cresceu em 88% e o de escutas em 99%. Os números de 2016 representam um acréscimo de 56% no número de audiências e 47% no número de escutas. A equipe da Central identifica a ampliação da demanda, entre os anos 2013 para 2014, relacionada ao Curso ofertado a magistrados e promotores, o que resultou numa sensibilização e maior divulgação do trabalho desenvolvido. No ano de 2016 o incremento na demanda está relacionado aos mutirões de oitivas das crianças e adolescentes vítimas de violência, onde o Juiz José Renato Bizerra da 1ª Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes antecipou as escutas, além das próprias audiências regulares.

CONHECER VIRTUAL SE CONSOLIDA COMO ALTERNATIVA ÁGIL À DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS ACOLHIDAS

O objetivo desse projeto é contribuir para uma maior possibilidade de inserção de crianças/adolescentes, que não puderam permanecer com suas famílias natural ou extensa, em família substituta, a partir do contato inicial feito através do uso de recursos tecnológicos aplicados à realização de comunicação por vídeo e voz,

aproximando, assim, pretendentes e adotandos de regiões distantes, antes do estágio de convivência.

A primeira reunião virtual foi realizada em dezembro de 2015. Em 2016 foram realizadas 08 reuniões, sendo que 07 resultaram em adoções e 01 aguarda início do processo.

A inovação trazida no serviço garantiu o lugar de destaque como um dos indicados ao 13º Prêmio Innovare.

O PROGRAMA ACOLHER AVANÇA

Desde 2011, ano que foi formulado, até 2016 o programa tem se consolidado como referência de trabalho em rede, muito se deve a formação de Comitê Gestor Intersetorial (CG), formado atualmente por oito representações, dentre essas a CIJ-TJPE. O CG do programa se reúne bimestralmente, em 2016 teve a média de representatividade⁴ por reunião de aproximadamente 65%. Como exemplo de gestão foi realizado apresentação da experiência do Comitê Gestor do Acolher na Comissão de Combate à Exploração Sexual da Assembleia Legislativa de Pernambuco – ALEPE.

O Acolher foi feito para expandir e avançar. Nessa perspectiva podemos considerar que 2016 foi o ano da divulgação do programa. Além de inserções em jornais televisivos de grande circulação, foram realizadas 11 apresentações em locais estratégicos, além da realizada na ALEPE, citada acima, conferir as outras 10 apresentações na tabela abaixo.

| Local | Mês |
|--|--------|
| Encontro sobre Maternidades da UNINASSAU | Maio |
| Fórum de Mulheres – Recife | Junho |
| Programa Mãe Coruja | Agosto |
| São Lourenço da Mata | Agosto |

⁴ Cálculo baseado na quantidade de representantes por reunião e a média nas 6 reuniões do ano.

| | |
|---|----------|
| CAPACITASUAS – Caruaru | Setembro |
| CAPACITASUAS – Carpina | Setembro |
| Fórum de Gestoras – Igarassu | Outubro |
| Rede local – Garanhuns | Novembro |
| Seminário sobre Entrega Voluntária de Crianças – TJES | Novembro |
| GAAP - Paulista | Novembro |

Para dar suporte nas informações iniciais a Secretaria da Mulher disponibiliza o telefone 0800 281 8187. No mês abril foi realizado a capacitação das teleatendentes da Secretaria da Mulher.

Além dessas realizações, o programa Acolher foi um dos indicados na 13ª edição do Prêmio Innovare.

INFÂNCIA E JUVENTUDE NA MÍDIA: CLIPPING DIGITAL

O acesso à informação sobre basicamente tudo que envolve o tema da infância e da juventude é garantido pelo clipping digital, e é realizado pela CIJ desde 2012. O formato atual é a compilação das notícias da semana.

As reportagens são enviadas via e-mail a diversos setores/agentes ligados diretamente ou indiretamente à infância e juventude, dentro e fora do TJPE, tais como: CICA, CEJA, Núcleos Interprofissionais das Varas da Infância e Juventude da Capital, Juízes, Varas Especializadas, Conselhos tutelares, Coordenadorias de todo o país e a rede de proteção à criança e ao adolescente.

CIJ MAIS PRÓXIMA AS EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: REDE ONLINE

O trabalho da Coordenadoria da Infância e Juventude é uma via de mão dupla. De um lado, nos dedicamos ao alinhamento à gestão da presidência do TJPE, assessorando o presidente no tocante à infância e juventude. De outro lado, nossa intervenção concentra esforços para colaborar no trabalho das varas da

infância e juventude do estado. E para esta última via, é importante que o contato com as equipes interprofissionais e magistrados seja permanente.

A partir disso que surge o “Rede Online”, uma forma de interação virtual entre a CIJ e as equipes interprofissionais do estado. Enquanto em 2015 foi apresentado temas para discussão ora coordenados pela CIJ, ora pelo Centro de Apoio Psicossocial – CAP (ligado as Varas de Família da Capital), no ano de 2016 o Rede Online adotou outra orientação metodológica. Os temas debatidos vieram das demandas das próprias equipes a partir dos desafios do cotidiano de trabalho.

FORTALECIMENTO DAS EQUIPES: I FÓRUM DAS EQUIPES INTERPROFISSIONAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Para o fortalecimento da política da infância e juventude, algumas premissas básicas é unir esforços e debater sobre a realidade e os desafios da intervenção profissional e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Com essa perspectiva a CIJ realizou o I Fórum das Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude, realizado no dia 28 de novembro. Ao todo 107 servidores participaram do evento, o que representa pouco mais de 60% do quantitativo total (176) de assistentes sociais, pedagogos e psicólogos que atuam na infância e juventude. No entanto, o número de comparecimento dos que se inscreveram foi elevado, com aproximadamente 91% de servidores presentes (117 inscritos e 107 comparecimentos).

Nesta primeira edição, os temas abordados foram questões pertinentes ao histórico de inserção das equipes no Tribunal, ética e relações de poder, elaboração de documentos judiciais, bem como reflexões sobre os desafios da interdisciplinaridade.



Foto: Alexandre Henrique Gomes da Silva | CIJ

AMPLIAÇÃO DO RAIO DE AÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO INTERIOR: INSTALAÇÃO DE VARAS REGIONAIS

Um passo importante para fortalecimento da política da infância e juventude no TJPE é a instalação das varas regionais, possibilitando maior cobertura de atendimento especializado em todo o estado. Atualmente são 20 as regionais criadas e 11 dessas instaladas. No início de 2016 foram instaladas as varas regionais de Santa Cruz do Capibaribe e Goiana.

Avaliações

I FÓRUM DAS EQUIPES INTERPROFISSIONAIS

O evento conseguiu realizar um recorte importante sobre os diversos temas que circundam o nosso cotidiano profissional. Além disso, ao trazer os próprios profissionais do TJPE, para discorrerem sobre a inserção e a relevância atual que as equipes vêm adquirindo, legitimou e fortaleceu o trabalho de todos os analistas da área.

Natália Cavalcante Moraes, Assistente Social da Vara Regional da Infância e Juventude da 14ª Circunscrição.

23

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS NO SOCIOEDUCATIVO

Tivemos a oportunidade de iniciar o trabalho de realização das Audiências Concentradas da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária no CASE Abreu e Lima / FUNASE, em 18/06/2015. Entre 2015 e 2016, 33 adolescentes tiveram suas Medidas Socioeducativas extintas e 133 tiveram progressão. Por meio das Audiências Concentradas, estamos aprimorando a integração entre os programas executores de medidas privativas de liberdade e os de medidas em meio aberto, com vistas a evitar que o Processo Socioeducativo sofra rupturas no trânsito entre as diferentes medidas.

Dra. Maria Amélia Pimentel Lopes, Juíza da Vara Regional da 1ª Circunscrição.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

A implantação da Justiça Restaurativa no Tribunal de Justiça de Pernambuco, através das Terceira e Quarta Varas da Infância e Juventude da Capital, é, para mim, um marco na carreira, afinal, poder participar desse movimento de renovação do repertório de práticas do Tribunal, ampliando o espectro de vias de Acesso à Justiça, garantindo maior satisfação das partes, por meio de sua inclusão, empoderamento e colaboração, é um privilégio.

Bruno Arrais de Mendonça, assessor de magistrado da 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital.

PREMIAÇÃO INNOVARE

A notícia que os projetos da Infância e Juventude estavam indicados ao Prêmio Innovare, foi uma constatação do resultado de um trabalho intenso para moldar os processos internos à prática do Planejamento. É o reconhecimento da Missão, a perseguição da Visão e a busca pelos objetivos e metas traçadas. É o TJ que queremos....

Lívia Leite Mota, Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica.

Alegra-me saber que tantos projetos da CIJ, da CEJA e das Varas da Infância e Juventude foram indicados ao prêmio Innovare. Indica claramente o uso do planejamento pela Coordenadoria como força de gestão para a obtenção de suas metas e resultados. Parabéns!

Luís Eduardo Saraiva Câmara, Coordenador de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Coordenadoria da Infância e Juventude
Rua João Fernandes Vieira, 405, Boa Vista – Recife – PE
CEP: 50050-200
Fone (PABX): 81 3181.5937

Leopoldo de Arruda Raposo

Presidente

Adalberto de Oliveira Melo

1º Vice-Presidente

Antônio Fernando Araújo Martins

2º Vice-Presidente

Antônio de Melo e Lima

Corregedor Geral

Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ

Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Coordenador

Carla de Fátima Fonseca Rodrigues Costa Malta

Coordenadora Adjunta

Coordenadoria da Infância e Juventude

| | | |
|-----------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Alcides Campelo | Hebe Pires | Maria Tereza Figueiredo |
| Alexandre Gomes | Juliana Fonseca | Maria Tereza Silgueiro |
| Andréa França | Keilla Reis | Mariana Hora |
| Andrhea Travasso | Linderfrance de Oliveira | Maurilho Cavalcanti |
| Anélia Barbosa | Luiz Carlos B. Figueiredo | Paulo André Teixeira |
| Arthur Oliveira | Luiz Carlos de Andrade | Priscilla Barcelos |
| Carla Malta | Maíra P. L. Bautista | Rênia Valadares |
| Carmélia Mariana Cavalcanti | Márcia Uchôa | Sandra Barbosa |
| Cynthia Nery | Márcio Freitas | Simone Falcão |
| Daniel de Albuquerque | Maria de Lourdes Costa | |
| Gizely Couto | Maria Rosimery | |

EXPEDIENTE

Elaboração: Alcides Campelo

Revisão final: Gizely Couto, Carla Malta e Des. Luiz Carlos B. Figueiredo

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

26

Portal da Infância e Juventude do TJPE

<http://www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude>